

Avaliação qualitativa: um ensaio introdutório

Pedro Demo*

Sempre se falou de avaliação qualitativa, mas sua colocação se tornou mais insistente a partir do surgimento da pesquisa participante. Esta trata de um assunto que é facilmente reconhecido como não quantitativo, embora se imagine de relevância extrema na realidade. Não há como fabricar uma taxa, um coeficiente, um índice de participação, porque não existe um metro, um quilo, um litro dela. Como a ideologia, cuja presença e influência ninguém duvida, é de captação complicada pelos métodos usuais da ciência conhecida. Há gente que chega a dar a vida por uma posição ideológica. Quer dizer, não se coloca em dúvida se qualidade existe. O problema é de ordem metodológica, no sentido de sua captação e dimensionamento. É a este nível que estamos perplexos.

À medida que ganha espaço o interesse por políticas de teor qualitativo – questão da cultura, da identidade comunitária, da participação, do espaço político etc. –, torna-se premente buscar caminhos de avaliação, sob pena de não sabermos o que dizer e, em consequência, não se poder disputar frente a políticas quantitativas as mesmas chances na realidade social (1).

Tentamos aqui armar uma introdução ao tema, sem qualquer outra pretensão. O motivo principal que move este trabalho preliminar é a preocupação em alcançar para avaliações qualitativas uma oportunidade verdadeira, evitando de confundi-las amiúde com posturas excessivamente amadoras e diletantes.

1. QUESTÃO DA QUALIDADE

A realidade social possui dimensões qualitativas. Esta afirmação parece tranqüila. O lado

* IPEA/PLAN/CPR.

quantitativo tem a vantagem de ser palpável, visível, manipulável. Por isso, levamos a impressão comum de que o mais importante na vida é a base material. O materialismo histórico codificou muito bem tal perspectiva: a dinâmica histórica mais fundamental é em última instância determinada pelas necessidades de produção. Se quisermos transformar a história, há que começar pelas condições materiais de existência, não pelas idéias, pela consciência, pela arte, pela cultura etc.

Apesar disso, não se nega a vigência da qualidade na realidade histórica e social. O dito reino da liberdade funda-se, necessariamente, no reino da necessidade, mas não seria, por alguma razão qualquer, "inferior". No entanto, é um fato corriqueiro que é muito mais fácil falar de quantidade. Qualidade escapa às nossas palavras e mora na greta das coisas. É tão certo que existe, quanto é difícil de captar (2).

Não é questão, por outro lado, de estabelecer entre qualidade e quantidade uma polarização radical e estanque, como se uma fosse a perversão da outra. Cada termo tem sua razão própria de ser e age na realidade como uma unidade de contrários. Ainda que possam se repelir, também se necessitam. Quantidade não é uma dimensão inferior ou menos nobre da realidade, mas simplesmente uma face dela. Nem qualidade precisa inevitavelmente significar enlevo, espiritualidade, divindade (3).

Para andarmos um pouco em frente, colocamos uma discussão em torno da *qualidade formal* e da *qualidade política*. A primeira refere-se a instrumentos e a métodos; a segunda, a finalidades e a conteúdos. Uma não é inferior à outra; apenas cada uma tem perspectiva própria.

A qualidade formal poderia significar a perfeição na seleção e montagem de instrumentos, como acontece, por exemplo, no campo tecnológico. Tecnologia concretiza a capacidade humana de inventar instrumentalidades capazes de solucionar os problemas colocados à vista. Técnica é intrinsecamente um fenômeno de montagem de instrumentos.

Diz-se formal, porque não está afeta necessariamente a conteúdos determinados. Como o método, que não se esgota em uma aplicação. Ao contrário, é concebido como uma forma capaz de ser replicada indefinidamente nos casos previstos. Neste campo, a discussão volta-se quase sempre à pergunta sobre a possível neutralidade dos meios. Concretamente, tecnologia é neutra?

Em si, seria neutra, porque os métodos instrumentais que levam também a construir barbaridades históricas, como guerras, destruições, fome e miséria, não são perversos em si, mas no seu uso. A tecnologia atômica não precisa fatalmente servir apenas à prepotência bélica. Ou, por outra, pelo fato de alguém usar uma faca para matar um colega, em vez de usá-la somente para fins úteis e socialmente tidos como adequados, não torna a faca um instrumento abjeto. Em si é tão-somente um instrumento de cortar. Que seja uma arma de morte, já é outra coisa, que depende do uso que o homem dela faz.

Entretanto, existe forte propensão moderna de não reconhecer tal distinção. Se em si a tecnologia, como puro instrumento, seria neutra, na verdade nunca houve tecnologia apenas em si, mas dentro de uma história concreta de seu uso. Ora, se seu uso é marcado tão persistentemente pela guerra, fica difícil separar o meio do fim. Porquanto, sem tal fim, não chegaríamos a inventar o meio. Concretamente: nossa tecnologia confunde-se com nossas guerras. Sem essas, não teríamos avançado tanto naquela (4).

A distinção acaba tendo somente um valor lógico, pois neste plano faz sentido, é claro. Pode-se sempre distinguir acuradamente entre o que uma coisa é em si, e o uso que dela se faz; entre meios e fim. Até se aceita com naturalidade que o fim não justifica os meios.

Na prática – e a história concreta não é uma questão de lógica, mas de prática – a distinção é vazia, pois a tecnologia que conta é precisamente aquela que usamos, não aquela em si, que já seria mera abstração.

Ainda assim, vale manter a idéia de que a qualidade deste tipo de instrumentação é de teor formal, no sentido de não se referir, necessariamente, a determinado conteúdo. Um exemplo pode elucidar: é possível imaginar um livro sobre técnicas de suicídio ou de tortura. Não pretenderia discutir os fins, mas apenas os meios. Se alguém se colocar o objetivo de se suicidar ou torturar, o livro apontaria alternativas, cientificamente fundadas. Pode haver aí um tipo de perfeição, ao nível dos instrumentos.

Este exemplo, que aparece provavelmente como chocante e abjeto, não é diferente da guerra. Muitos cientistas se dedicam a forjar artefatos de morte, desligando-se dos fins. Não discutem a guerra, mas somente como se a faz com eficiência. E estudam com afinco e proficiência

as maneiras de destruir o inimigo. Muitos diriam até que não há tecnologia mais avançada do que esta. Tão avançada, que a maior necessidade tecnológica de hoje é como inventar uma tecnologia contra os males da própria tecnologia, pois a capacidade de matar está tão aperfeiçoada que o próprio inventor já não escaparia com vida (5).

Importa acentuar que existe a dimensão da qualidade formal, de estilo instrumental tecnológico. Os exemplos aludidos são negativos. Mas há os positivos. Podemos hoje facilmente produzir a abundância mundial de alimentos através de tecnologia agrícola. Fazer uma superprodução seria muito viável, o que nos daria uma solução para um problema agudo da humanidade. Os aviões, a televisão, a informática, a engenharia biológica — são todas maravilhas tecnológicas. Que sejam usadas para o extermínio e a opressão, seria outra coisa. Seria? (6).

Além disso, é importante perceber que a ciência se aloca na rota da qualidade formal. Por qualidade científica entendemos predominantemente a perfeição metodológica, o domínio dos instrumentos teóricos e experimentais, o traquejo em técnicas de coleta e mensuração de dados. Uma tese de doutorado tem qualidade se estiver adequada a tal expectativa: dentro dos ritos reconhecidos de elaboração, com os testes e provas tidos como válidos e necessários na comunidade científica, dotada de sofisticções que vão muito além do senso comum, baseada em muita bibliografia e digestão teórica, e assim por diante. Apesar de tudo isto, pode ser uma tese socialmente irrelevante, de tal sorte que, se não tivesse sido escrita, nenhuma falta faria à sociedade. Sua qualidade formal pode se desprender do conteúdo (7).

Acresce ainda a constatação de que tal qualidade formal é mais praticável sobre bases quantitativas, que normalmente chamamos de dados. Sua elaboração sofisticada, em nível estatístico por exemplo, usando técnicas apuradas de manuseio e inventando outras novas, seria uma demonstração de qualidade, mesmo que os dados fossem muito desinteressantes. Tais sofisticções são um desafio no terreno qualitativo, mesmo porque não é terreno, mas dimensão. Por vezes, diz-se qualitativa a sofisticção quantitativa, por exemplo em econometria ou estatística, mas é um evidente abuso de termo. A mera sofisticção metodológica em torno de dados quantitativos não os transforma em qualitativos, e vice-versa.

A constatação mais importante, contudo, é que a ciência prefere o tratamento quantitativo, porque mais apto aos aperfeiçoamentos formais: quantidade pode ser testada, verificada, experimentada, mensurada. Resiste à incursão ideológica. É de fácil manuseio. E isto leva-se ao exagero facilmente: acaba-se reconhecendo como real somente o que é mensurável. Chama-se de empirismo precisamente este abuso metodológico que confunde o mais importante com o mais mensurável (8).

Outra qualidade é a *política*, que talvez nos coloque mais questões do que respostas, mas que não deixa, por isso, de ser essencial na realidade histórica. Refere-se a *conteúdos* fundamentalmente e é, em consequência, *histórica*. Não é dos meios, mas dos fins. Não é de forma, mas de substância.

Na verdade, parte-se do ponto de vista de que somente o homem produz qualidade. Ou, qualidade é uma conquista humana, em sua história, em sua cultura. Objetos naturais não possuem propriamente qualidade, porque são dados na natureza. Pode-se aplicar, no máximo, a noção de qualidade formal. Um diamante tem mais qualidade que outro, de acordo com suas propriedades internas mais ou menos perfeitas. Mas não é em si uma obra de arte, porque isto já seria obra do homem.

Se assim entendermos a problemática, qualidade política é aquela que trata dos conteúdos da vida humana e sua perfeição é a arte de viver. Refere-se ao relacionamento do homem com a natureza, através sobretudo do trabalho e da tecnologia, que são formas humanas de intervenção, onde entra o horizonte ideológico e prático inevitavelmente. Refere-se igualmente ao relacionamento do homem com o homem no interior do fenômeno do poder: o que ele faz de si mesmo, dadas as circunstâncias objetivas.

Talvez chame a atenção a conotação necessariamente ideológica deste conceito. Mas não é defeito. É marca histórica. Se vemos ideologia como sombra do poder, como necessidade de justificar posições e privilégios, como formas históricas de formação da consciência social, não há como varrê-la do mapa. Ao contrário, faz parte integrante do mapa, que, sem ela, já seria algo metido a neutro, a incolor, a formal. Na medida em que história é opção do homem, e mesmo que essa margem fosse pequena ou menor do que se pensa, ideologia é como transudação, que nem sempre

aparece bem, mas está sempre por baixo da pele e faz parte da pele (9).

O homem é um fenômeno capaz de optar, de esperar, de influir. Pode fazer-se, pelo menos em parte. O que é obra sua, é obra histórica. O que é histórico, é prático. O que é prático, é ideológico. Pois não se pratica tudo nem qualquer coisa, mas coisas concretamente condicionadas. A menos que sejamos fatalistas e objetivistas, tomando a história como um reino de puras necessidades. Aí, o homem seria apenas paciente, objeto, instrumento.

Somos inevitavelmente ideológicos, porque não somos objetivos como fenômeno de expressão histórica. Somos objetivos como fato social. Quer dizer, nossa subjetividade é um fato. Mas a expressamos de modo subjetivo, do nosso jeito. Ideologia é, em parte, a modulação de nossas formas de expressão, no sentido da ocupação dos espaços do poder. A dimensão política contém o horizonte da potencialidade humana. É a arte do possível, pois é possível ser feita em parte. É a perspectiva da criatividade.

Assim, qualidade política somente tem o que é criado pelo homem, na sua história e em sua cultura. A arte de ser, de se desdobrar, de se desenvolver, de criar. Entretanto, isto é a imagem positiva dessa qualidade. Sua conotação ideológica já transluz que pode também ser perversa, porque podemos perseguir fins desumanos. Tal qual acontece na qualidade formal, a política é ambivalente, como todo fenômeno dialético. Podemos nos aperfeiçoar nos instrumentos de tortura humana, bem como transformar a história numa tortura humana. Entre as opções históricas, há igualmente as da autodestruição.

No lado positivo, porém, qualidade pode ser identificada com o *fenômeno participativo* substancialmente, que é o cerne da criação política. É a conquista humana básica na dimensão da qualidade (10).

Muitas vezes prendemos o conceito de qualidade de vida a expressões materiais: casa, comida, trabalho, renda. Tais coisas não são jamais secundárias, mas não representam a qualidade propriamente. Para conotar a diferença com mais força, pode-se contrapor pobreza sócio-econômica e pobreza política. A primeira passa em boa parte pela fome, pela miséria material. A segunda pela falta de participação (11).

Politicamente pobre é a pessoa ou grupo que vive a condição de massa de manobra, de objeto de dominação e manipulação, de instrumento a serviço dos outros. Dá-se na esfera do poder, onde o pobre aparece como matéria de dominação, na senzala da vida, coibido de autodeterminação. Uma face aguda dessa pobreza é a falta de consciência dela mesma, porque uma das condições fundamentais de superação é tomar consciência dela e partir para um projeto de autopromoção. A pobreza política extrema é aquela que é percebida como condição histórica natural e normal, onde a manipulação não é somente desapercibida, mas até mesmo desejada, porque incorporada ao ritmo tido por normal da vida.

Não aparece principalmente como violência física, como, por exemplo, num estado agudo de desnutrição, mas como violência moral – qualitativa –, que destrói de outra maneira, acabando com as condições de autodeterminação. Do sujeito já não sobra quase mais nada, pois é objeto, instrumento, escravo. Pior escravo, no entanto, é aquele que sequer sabe que é, como pior cego é quem não quer ver. Não estamos talvez habituados a considerar isto uma violência, pois não se vê derramamento de sangue em nenhum lugar nem a presença visível de estilhaços materiais de alguma explosão. Mas é uma violência, que mutila e mata de outra maneira, exterminando a qualidade de vida.

Politicamente não se dá importância maior à pobreza política, até mesmo porque política é confundida com o manuseio de problemas econômicos. Frequentemente, lateja também a noção de que soluções materiais acabam por acarretar, de forma natural e conseqüente, soluções não materiais. Que ambas se condicionem, não parece haver dúvida. Que as materiais determinem necessariamente as não materiais, já é uma distorção histórica. Quantidade de vida não leva necessariamente à qualidade de vida e vice-versa. Ambas são da mesma ordem de importância, como economia e política. Pois há o rico infeliz, bem como aquele que opta pela pobreza para ser feliz. Nem a mera consciência política da pobreza a desfaz necessariamente, pois ter consciência de um problema não é ainda resolvê-lo, embora seja um passo indispensável.

Dar importância à pobreza política significa dedicar-se aos horizontes qualitativos de conteúdo político, na definição preliminar acima; concretamente, tratar das precariedades dos processos participativos. Pobreza política é falta de participação, é a coerção da conquista da partici-

pação, é a inconsciência histórica e imposta da necessidade de autodeterminação. Nossa sociedade é miserável neste sentido, porque ainda é uma senzala. Não somos um povo capaz de autodeterminação e de conquistar seu espaço próprio e criativo, mas massa de manobra nas mãos de uma oligarquia tão restrita quanto tacanha.

Captar tal dimensão, é o que discutimos aqui. Sem prejudicar a questão da quantidade, Pobreza sócio-econômica não fica com isto secundarizada. Apenas, sabemos tratá-la melhor, pois a ciência conhecida se adapta mais facilmente a ela. É tão importante saber desta, quanto da outra pobreza. O conteúdo qualitativo nos foge das armadilhas metodológicas que inventamos para prender. Mas isto não quer dizer que não exista. Ao contrário.

2. QUALIDADE É PARTICIPAÇÃO

Apesar das dificuldades óbvias de tratamento desse tema, parece cabível concluir que o centro da questão qualitativa é o fenômeno participativo. Com efeito, participação é o processo histórico de conquista da autopromoção. É a melhor obra de arte do homem em sua história, porque a história que vale a pena é aquela participativa, ou seja, com o teor menor possível de desigualdade, de exploração, de mercantilização, de opressão. No cerne dos desejos políticos do homem está a participação, que sedimenta suas metas eternas de autogestão, de democracia, de liberdade, de convivência.

Trata-se, pois, de um fenômeno político em essência, ainda que nunca divorciado da base econômica. Difícilmente se alcança a autopromoção sem auto-sustentação. Esta provém do processo produtivo, da esfera material. Quer dizer, participação como assunto estritamente político não funciona, não só porque se tornaria facilmente vazia, mas igualmente porque o afastamento entre o econômico e o político acaba por inviabilizar os dois.

A arte qualitativa do homem é a sociedade desejável que é capaz de criar. E isto passa necessariamente pela participação. Embora tal linguagem possa parecer esotérica, não há como negar que o fenômeno do poder é central na vida humana. Não é mais importante que a questão econômica, nem menos. Cada uma tem seu lugar insubstituível e se condicionam mutuamente. Mas não se determinam necessariamente, como se uma pudesse ser corolário da outra.

Qualidade de vida conota sobretudo a dimensão do *ser*, não a do *ter*, que, no entanto, é instrumento necessário. Não se pode fazer um projeto de superação da pobreza política, sem superar também a pobreza sócio-econômica. Mas os horizontes possuem sua lógica própria. Na qualidade não vale o maior, mas o *melhor*; não o extenso, mas o *intenso*; não o violento, mas o *envolvente*; não a pressão, mas a *impregnação*.

Qualidade é de estilo *cultural*, mais que tecnológico; *artístico*, mais que produtivo; *lúdico*, mais que eficiente; *sábio*, mais que científico. Diz respeito ao mundo tão tênue quanto vital da *felicidade*. Não se é feliz sem a esfera do *ter*, mas é principalmente uma questão de *ser*. Não é a conquista de uma mina de ouro que nos faria ricos, mas sobretudo a conquista de nossas potencialidades próprias, de nossa capacidade de autodeterminação, do espaço de criação. É o exercício da competência política.

A *identidade cultural comunitária* é um tema relevante da dimensão qualitativa. É com certeza muito complexo defini-la, até porque não é questão de definição, mas de vivência. Sem identidade cultural não há propriamente comunidade, porque seria tão-somente um bando de gente. É a razão histórica e concreta da coesão do grupo, o baú donde se retira a fé em suas potencialidades, o horizonte donde provém a envolvimento solidária, o fruto da comprovação da capacidade histórica de sobreviver e de criar. É, de certo modo, a parteira da participação, porque dá à luz a força aglutinadora de um grupo humano que decide se autodeterminar, superando sua condição de massa de manobra (12).

A identidade cultural transparece em certas manifestações (língua comum, festas, sistema de vizinhança, expressões artísticas, jogos, etc.), mas é em essência uma obra imaterial. Nem por isso menos forte. Não se coloca aí a questão de extensão, mas de intensidade. Em razão de sua intensidade, uma comunidade participa mais ou menos, sobrevive a crises internas e externas, planeja junto seu futuro e constrói a própria estrada.

No campo da *educação* encontramos dimensão semelhante. Boa educação não é questão de anos de estudo, de títulos formais, de livros digeridos. Mas uma qualidade humana, que um anal-fabeto pode muito bem ter. Não se fabrica educação, como se fabrica uma escola. Esta é um produto, aquela um processo. Mais lento, porque profundo. A formação da cidadania pode ser muito secundada pelo estudo, pela profissionalização, pelo domínio de instrumentalidades. Mas não há correlação necessária. Porquanto, não é questão técnica em primeiro lugar, mas de arte, sabedoria, bom senso (13).

Diriam muitos que qualidade se apercebe melhor em esferas alternativas do saber, que não foram tão devassadas pela teimosia tecnológica e científica. A sabedoria, por exemplo, não trata a vida de modo estanque, não distingue entre teoria e prática, não se esconde por trás de uma pretensa neutralidade. Primeiro, não há sabedoria sem participação comunitária, porque só em comunidade alguém pode ser sábio. Segundo, somente precisa de explicação, o que não se vivenciou bem. Por isso também, não usa linguagem indecifrável, pois une – por exigência comunitária e participativa – a profundidade com a simplicidade de expressão.

Na identidade cultural, na educação das gerações, está principalmente a condensação da sabedoria histórica do grupo, não sua ciência. A nenhuma mãe simples da comunidade ocorreria a idéia estranha de que, para educar seus filhos, teria primeiro que estudar educação. Sabe educar por outros caminhos: pela convivência comunitária, pela experiência histórica, pela identidade de princípios sociais que norteiam a vida do grupo; pelo bom senso. Enfim, educar é arte, mais que ciência.

O tema da *felicidade*, que no campo da ciência aparece imediatamente como suspeito e arcaico, coloca-se com total naturalidade nas esteiras da sabedoria, do bom senso e da arte. Não há preocupação metodológica em definir, em sistematizar, em mensurar, em testar o que seria felicidade. A preocupação é outra, sobretudo de ordem prática: felicidade se encontra e se faz em comunidade, em convivência, em participação. No fundo, não há tema mais importante na sociedade humana, embora tenha sido exotado da universidade, que não sabe o que fazer com ele. Ou talvez o reduza a meras conotações materiais, não só por ideologia, mas também por facilidade maior de manipulação metodológica (14).

Felicidade é um processo que se constrói na cultura e na história, para além da simples superação dos problemas materiais, que nunca são secundários. Contém dimensões mágicas, lúdicas, misteriosas, para além das meramente técnicas. Contém também religiosidade, superstição, mística e mito. Mesmo que a ciência condene tudo isto, o certo é que ninguém encontra na ciência a felicidade, mas não faltam pessoas que garantem encontrá-la na religião, por exemplo. Com efeito, se retiramos da relação pedagógica seu horizonte mágico, ficamos apenas com a contigüidade objetiva e seca de dois lados que se condicionam. Não há dúvida: a graça da educação está em sua magia. Está no clima que pinta, na atmosfera que envolve, na influência que impregna, na solidariedade que inspira. Certo, porque educação é na essência auto-educação, ou seja, não é tanto obra de arte do educador, mas do educando. Por outra, a obra de arte do educador não será jamais fabricar o educando, o discípulo, o assecla, mas motivar magicamente as capacidades do educando, para que seja educador também.

Papo furado! Pelo menos pode facilmente ser. Mas não precisa ser. A dialética humana não sobrevive apenas com alimentação material. Liberdade, autonomia, autodeterminação não são acessórios descartáveis. Ao contrário, estão no cerne do sentido da vida, a menos que a imaginemos sem sentido. Seu sentido, na linha da qualidade, é participar.

É claro, sem banalizar. Participação é conquista. Não é doação, dádiva, presente. Nem imposição. Nunca é suficiente. Também não preexiste, pois o que encontramos primeiro na sociedade é dominação. Se assim é, participação só pode ser conquista. Criar seu projeto próprio de auto-promoção (15).

O fenômeno participativo depende, na sociedade, dos canais de participação. Entre eles: organização da sociedade civil (partidos, sindicatos, cooperativas, associações, comunidades etc.), formas participativas de planejamento no Estado, universalização da educação básica como instrumentação fundamental ao exercício da cidadania, cultivo da identidade cultural, conquista de direitos fundamentais, e assim por diante. A precariedade desses canais expressa a crueza de nossa pobreza política (16).

Uma avaliação qualitativa dedica-se a perceber tal problemática, para além dos levantamen-

tos quantitativos usuais, que por isso não deixam de ter sua importância. Não há razão para se polemizar contra apresentações quantitativas, de estilo empírico e estatístico, a não ser que a análise se torne empirista. Quer dizer, há toda uma diferença entre aproveitamento empírico da realidade e redução empirista. Não faz nenhum mal a qualquer avaliação qualitativa vir secundada por dados quantitativos, até porque estes são inevitáveis. Reconhecer densidade própria à esfera da qualidade não significa recair no obscurantismo que nega qualquer importância a análises quantitativas ou que se esconde de modo diletante e incompetente por trás de uma linguagem confusa e dispersa, pretensamente qualitativa (17).

Temos de reconhecer que andamos ainda muito pouco nessa direção, mesmo porque nossa formação não favorece o depoimento qualitativo. Falar de dignidade humana, de decência social, de compromisso público é algo estranho, embora no fundo de nossas ações sempre deparemos com tais preocupações. Quando procuramos melhorar as condições materiais de vida da população pobre, não visamos apenas a aumentar a quantidade de renda disponível, mas igualmente a noção de qualidade de vida. De modo geral, emerge também a idéia de direitos da cidadania, uma qualidade tão relevante, quanto incomensurável. A própria complexidade da problemática recomenda que se avance com cautela e consciência crítica, para não sacrificarmos a profundidade à afoiteza amadorística. Não é razoável também imaginar que a tudo e sempre somente caiba avaliação qualitativa, mesmo onde não se trata de uma questão de qualidade (18).

O que está em jogo na avaliação qualitativa é principalmente a *qualidade política*, ou seja, a arte da comunidade de se autogerir, a criatividade cultural que demonstra em sua história e espera para o futuro, a capacidade de inventar seu espaço próprio, forjando sua autodefinição, sua autodeterminação, sua autopromoção, dentro dos condicionamentos objetivos.

Certamente interessa também a *qualidade formal*, desde que no seu devido lugar. Se tomarmos o exemplo da associação produtiva, é possível que, em termos formais, apresente perfeição convincente, do tipo: possui estatutos, agrega número expressivo de membros, reúne-se regularmente, troca-se de líderes de forma prevista etc. Tudo acontece como está escrito e proposto. De fora, pode dar a impressão de uma comunidade exemplar.

Entretanto, tal formalidade muitas vezes anda longe de conteúdos adequados, se faltar a dimensão política autêntica. Se está nos estatutos que a associação dever ter no mínimo 30 membros, isto não garante em nada sua qualidade política, se sua presença for extensa, não intensa. O fato de uma liderança ter sido constituída de acordo com as normas previstas ainda não a faz politicamente sábia.

Dito de outra maneira, uma associação pode ser eficiente, mas não eficaz, quer dizer: adequada nos meios, falha nos fins. Assim, o que interessa perscrutar é a dimensão participativa como tal, a intensidade comunitária, a coesão ideológica e prática, a identidade cultural, o envolvimento conjunto, o clima de presença engajada. Tudo isto não depende propriamente do número de associados – ao contrário, se o número ficar grande demais, a qualidade fica sempre mais complicada –, do número de reuniões, da quantidade de páginas dos estatutos, do tamanho da sala de reuniões, da extensão da sede física, e assim por diante (19).

Entretanto, não é o caso de desprezar dados quantitativos desse tipo, porque têm seu lugar próprio. É importante ter um fichário dos sócios, informações sobre seus problemas materiais (renda, constituição familiar, ocupação etc.), indicação dos líderes, tempo de mandato, periodicidade de reuniões ordinárias e extraordinárias, e assim por diante.

Nota-se igualmente que ambas as dimensões qualitativas – a formal e a política –, embora tenham sua densidade própria, também se condicionam. Dificilmente se chega à qualidade política sem um mínimo de forma. Apenas uma não substitui a outra.

3. ENSAIOS DE CAPTAÇÃO DA QUALIDADE

1. Não confundir qualidade e quantidade, nem contrapor apenas, nem supervalorizar. Qualidade é uma dimensão relevante da realidade social e histórica. Não vale tratá-la quantitativamente, porque nisto já a amarrotamos. Nem vale fazer dela uma mistificação da própria realidade.
2. Não se pode usar apenas de caminhos científicos usuais, porque estes levam tendencial-

mente a análises quantitativas e a percepções adequadas no máximo à noção de qualidade formal. Não se trata de abandonar a ciência, como se agora tivéssemos chegado finalmente ao reino do "vale tudo", mas de reconhecer campos alternativos do saber, muito significativos na vida comunitária. Esta se organiza muito mais por eles, do que pela ciência.

3. De modo geral, é mister acentuar que, para avaliar processos participativos, é necessário participar. Não basta a mera observação participante, porque isto ainda é coisa de observador, não de participante. Não se trata também de fomentar a debandada ideológica e de mistificar partidarismos ativistas. Ao contrário, trata-se de controlar a imiscuição ideológica pela via de sua ostentação, pois é mais fácil controlar o que não se camufla.

A observação participante não é combatida, mesmo porque, em muitos casos, não é possível ir além ou muito além. Participação em sentido mais denso exige tempo de convivência e compromisso comprovado. A avaliação qualitativa de processos participativos coincide logicamente com auto-avaliação, o que contraria a atitude de mero observador.

Assim, avaliação qualitativa não é uma iniciativa externa, de fora para dentro. Só é factível, em profundidade, como forma de auto-expressão. Mais importante que nosso diagnóstico, é o autodiagnóstico da comunidade. Pode-se analisar a participação dos outros, mas se fizermos somente isto, perdemos o cerne do fenômeno participativo, que é autopromoção. Ademais, qualidade não se capta observando-a, mas vivenciando-a. Passa pela prática necessariamente, pois sua lógica é a da sabedoria, mais do que a da ciência, que se permite apenas analisar, estudar, observar (20).

4. São dimensões relevantes do fenômeno participativo:

- a. *representatividade* da liderança, obtida por eleição, de preferência com chapas concorrentes; a liderança tem caráter delegado – sua autoridade é derivada, não própria; não interessa a liderança carismática (que não se transfere e é tendencialmente centralizadora), a liderança externa (de gente que não é da comunidade), a liderança imposta, bem como a liderança pretensa; interessa aquela que deposita democraticamente a confiança e a esperança da comunidade, e, por isso, a representa autenticamente; deve ser rotativa; deve prestar contas; deve entender-se como serviço à comunidade;
- b. *legitimidade* do processo, consubstanciada na vigência de um estado de direito, que regulamenta de modo democrático e comunitário as regras de jogo da associação; geralmente isto transparece no estatuto, que, neste sentido, é uma obra de arte do grupo interessado – nele diz quem é associado, quais os direitos, quais os deveres, como se constituem os dirigentes, como se impugnem, como se provém a auto-sustentação, e assim por diante;
- c. *participação da base*, que é a alma do processo, evidenciada no comparecimento às reuniões, no compromisso de auto-sustentação, na contestação dos erros da cúpula, na reivindicação dos direitos do associado, no interesse pela vitalidade da comunidade, no combate à tendência burocratizante e assim por diante;
- d. *planejamento participativo*, como prova concreta da capacidade de perceber os problemas e de montar para eles soluções viáveis, comunitariamente planejadas e executadas; transparece na constatação até que ponto a vida melhorou de fato, até que ponto os direitos básicos funcionam, até que ponto se nota eficiência e eficácia na política da associação, até que ponto existe credibilidade na liderança e na própria associação, até que se nota diferença entre a vida de antes e a de agora.

Tais critérios poderiam ser usadas para se avaliar a validade qualitativa de uma associação. Não são propriamente mensuráveis, é claro, mas permitem entrar no mundo da qualidade associativa e colocar pelo menos quatro grandes temas à consideração (21).

5. Procedimentos possíveis

Para fins de sistematização incipiente, propomos três níveis de procedimentos avaliativos:

- a) conversar, bater papo, estar juntos; coincide com a necessidade de *convivência*;
- b) participar da vida comunitária; coincide com a necessidade de *vivência*;
- c) assumir o projeto político da comunidade; coincide com a necessidade de *identificação ideológica*.

Tais procedimentos gradativos podem ser aprofundados, cada um por si, através de níveis de diálogo que vão desde a conversa solta e livre até debates organizados, seja no plano individual, seja no plano de reuniões de grupos ou da comunidade.

Retornando às dimensões do fenômeno participativo, poderíamos dizer: é possível a convivência com elas; é possível a vivência delas; é possível a identificação com elas. Cada nível pode ser aprofundado pela discussão crítica e autocrítica. Momentos de auto-avaliação podem ser muito aprofundados através de debates comunitários, nos quais todos se expressam sobre a validade da associação. Trata-se aí de uma metodologia de organização do diálogo, superando-se de todos os modos a simples observação participante. A avaliação que não é em essência auto-avaliação, não atingiu densidade qualitativa, no sentido de expressar a qualidade da participação.

Assim, parece claro que não se faz avaliação qualitativa à distância, seja através de relatórios de terceiros, seja através de contatos esporádicos, intermitentes e breves, seja através da simples observação externa. Convivência é o mínimo que se exige. Enquanto a comunidade vê no avaliador um forasteiro, um visitante, não há condições razoáveis de avaliação qualitativa, pois não se sairia da condição de observador.

Isto recomenda também que tais avaliações não sejam programadas extensamente, porque o contato breve e sumário, por mais que seja multiplicado, não pode substituir a profundidade, que exige tempo, dedicação e identificação. Sua lógica é a da intensidade. É, pois, sempre preferível parar o tempo necessário numa comunidade, a perambular como forasteiro em toda a região.

Isto coloca problemas metodológicos, é claro, pelo menos do ponto de vista da ciência usual. Avaliações qualitativas não pretendem generalização. Embora não a desvalorize, interessam-se mais pela particularidade da comunidade. Acreditam que a possibilidade de generalizar está em outra ordem de fenômeno: não na similitude estatística das médias quantitativas, mas na capacidade de impregnar outros espaços. Esta capacidade de impregnar outros espaços, que podemos entender como capacidade de contaminar, depende intrinsecamente da qualidade do fenômeno. Porque esta é sua única força.

Se o que dissemos até agora tiver consistência, poderíamos ainda forjar alguns *testes avaliativos* de dimensões específicas, tais como:

- a) da *consciência política* perceptível na comunidade, ao nível da liderança, dos liderados, dos homens, das mulheres, dos jovens; trata-se da capacidade de perceber a pobreza política e de como é expressa pela comunidade;
- b) da *capacidade crítica e autocrítica*; crítica, no sentido de perceber as agressões externas, das quais a comunidade é vítima; autocrítica, no sentido de perceber as próprias fraquezas, porquanto a coerência da crítica está na autocrítica;
- c) da *consciência social*: noção das injustiças sociais, dos direitos negados, das discriminações classistas, da pobreza como opressão;
- d) da *identidade comunitária*: expressões de cultura própria, de criatividade comunitária; encontros e festas; arte popular; culinária e farmacopéia; memória histórica;
- e) da *solidariedade comunitária*: mutirões; ajudas mútuas; sistema de vizinhança;
- f) dos *conflitos comunitários*: entre eles mesmos; que vêm de fora; entre líderes e liderados; entre facções; entre interesses contraditórios;
- g) da *visão do Estado*: postura de espera paternalista, de tendência assistencialista, de tutela; ou de independência, de reivindicação; visão do técnico como capataz;
- h) da *necessidade de auto-sustentação*: como se vê o trabalho, a produção; como se entende a independência da vida da associação, a necessidade de capitalização dela, a criação de autonomia financeira e administrativa;
- i) da *educação*: até que ponto é vista como direito e a comunidade se dispõe a reivindicar; níveis reais de escolarização e dos apoios (merenda, material didático etc); situação dos professores;
- j) da *associação*: como se vê a dinâmica comunitária.

Partindo-se da noção de *pobreza política*, poderíamos colocar a questão avaliativa sobre três dimensões fundamentais:

- a) dificuldade de *autopromoção*:
 - problemas de organização comunitária;
 - problemas de consciência crítica e autocrítica;

- capacidade de reivindicação organizada e competente;
 - problema da conquista dos espaços próprios: autogestão;
 - problema do planejamento participativo (dificuldades de autodiagnóstico, de montagem de estratégias comuns de ataque aos problemas, de associativismo efetivo);
- b) dificuldade de *auto-sustentação*:
- presença de acomodações assistencialistas, conformismo, passividade;
 - deficiências na luta pelos instrumentos de produção (acesso à terra, a instrumentos e lugares de trabalho produtivo, a locais de comercialização etc);
 - deficiências na luta pela autogestão de recursos;
 - precariedade do interesse produtivo;
- c) as *chances da autogestão*:
- capacidade de resolver problemas materiais na região da quantidade: renda, trabalho, nutrição, habitação etc.;
 - capacidade de resolver problemas políticos na dimensão da qualidade: participar, autogerir, autplanejar, reivindicar, controlar o Estado.

Por fim, pergunta-se pela *forma de apresentação* de avaliações qualitativas. Tabelas? Gráficos?

O que interessa, na verdade, é o conteúdo, não a forma. Seria um erro em si tentar formalizar de partida a avaliação qualitativa, porque nisto já perderia em qualidade. O ambiente de soltura, de leveza, de criatividade é substancial. Deve ser lúdica, não encadernada. Deve ser artística, não "quadrada".

Talvez uma forma adequada de expressão seja o *depoimento*, o testemunho. Não um relatório, no sentido clássico. Mas a transcrição vivencial de um conteúdo participativo.

Certamente pode predominar o lado subjetivo, porque é depoimento, não uma análise obtida pela observação. O limite ao subjetivo é buscado no critério da discutibilidade irrestrita do depoimento. Somente pode ser científico, o que for discutível. Esta é a regra da comunicação humana, que só é autêntica se vai e vem, sem peias, sem condições, sem pressões.

Assim, qualquer depoimento vale pela honestidade do depoente, que pode ser testada por quem quer que seja. Daí a necessidade de replicar os depoimentos, de preferência por pessoas diferentes. A quem duvide, não se pode negar a oportunidade de vivenciar a mesma experiência. No fundo, é simplesmente uma aplicação democrática: a verdade é buscada por todos, mas ninguém é dono dela.

A informação aberta e livre é sempre um instrumento fundamental de participação. Quando se trunca, é porque entra em cena o interesse em coibir a participação. Assim, o depoimento deve ser aberto, transparente, lúcido. Na lógica da participação, uma avaliação participativa seria totalmente contraditória se levasse a mistificar processos de não-participação.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

- (1) C. R. BRANDÃO (Org.) (1982), *Pesquisa Participante*, Brasiliense. *Id.*, (1984). *Reverendo a Pesquisa Participante*, Brasiliense. M. O. da SILVA E SILVA & S. M. P. SANTO SOUZA (1984), *Prática de Investigação-Ação*, Cortez Ed. P. DEMO (1984), *Pesquisa Participante - mito e realidade*, Editora SENAC, Rio de Janeiro.
- (2) J. HABERMAS (1983). *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*, Brasiliense. Não se trata aqui de fazer uma polêmica com o materialismo histórico, na sua versão mais ortodoxa do velho Marx. De modo geral, a posição que gostaríamos de defender não é de contestação do materialismo histórico, mas de complementação, no sentido de considerar a questão política como também infra-estrutural. O político não é necessariamente determinado em última instância pelo econômico sempre. Ambos se condicionam, mas possuem suficiente densidade própria de caráter infra-estrutural. Este posicionamento seria semelhante à interpretação maoista, quando valoriza a dimensão cultural (revolução cultural), ao lado da transformação econômica. Uma introdução a esta discussão se encontra em: P. DEMO (1985), *Ciências Sociais e Qualidade*, Ed.

- ALMED, S. Paulo, p. 96 ss. Cfr. Também J. HABERMAS (1981), *Theorie des Kommunikativen Handelns – Handlungsrationality und gesellschaftliche Rationalisierung*, 2 Vol., Suhrkamp.
- (3) Uma discussão mais alentada sobre o conceito de qualidade está em P. DEMO (1985), *Ciências Sociais e Qualidade*, Ed. ALMED, S. Paulo.
 - (4) J. STRASSER & K. TRAUBE (1981), *Die Zukunft des Fortschritts – Der Sozialismus und die Krise des Industrialismus, V. Neue Gesellschaft. O. RENN (1980). Die sanfte Revolution – Zukunft ohne Zwang, ETV/Girardet.*
 - (5) H. FREYER (1967), *Teoria da Época Atual*, Zahar.
 - (6) A. TOFFLER (1981), *The Third Wave*, Pan Books.
 - (7) R. D. de OLIVEIRA (1982), Pesquisa Social e ação educativa: conhecer a realidade para poder transformá-la, in: C. R. Brandão (org.), *Pesquisa Participante*, Brasiliense, p. 17 ss. O. F. BORDA, Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular, in: *ib.*, p. 42 ss.
 - (8) Veja número do EM ABERTO, INEP, Ministério da Educação, ano 3, nº 20, Abr. 1984.
 - (9) P. DEMO (1984), *Pesquisa Participante – mito e realidade*, op. cit., cfr. capítulo sobre “Elementos metodológicos da Pesquisa participante”, p. 59 ss. Também em C. R. BRANDÃO (org.), *Repensando a Pesquisa Participante*, op. cit., p. 104 ss.
 - (10) Cfr. capítulo sobre a definição de qualidade de vida como participação: P. DEMO, *Ciências Sociais e Qualidade*, op. cit., p. 111 ss.
 - (11) P. DEMO (1980), *Pobreza sócio-econômica e política*, Editora da Universidade Federal, Florianópolis. *Id.*, (1985) *Juventude popular urbana e pobreza política*. UNICEF, Brasília, mimeo.
 - (12) A. A. ARANTES (1982), *O que é cultura popular*, Brasiliense. M. C. FEIJÓ (1983), *O que é política cultural*, Brasiliense. N. G. CANCLINI (1983), *As culturas populares no capitalismo*, Brasiliense. E. VALLE (1979), *A cultura do povo*, Cortez & Moraes.
 - (13) C. R. BRANDÃO (1982), *O que é educação*, Brasiliense.
 - (14) K. LEDERER (1980), *Human Needs – A contribution to the current debate*, Cambridge.
 - (15) D. D. GOW & J. VASANT (1983), Beyond the rhetoric of rural development participation: how can it be done?, in: *World Development*, vol. 11, nº 5, p. 427-446, 1983. P. DEMO (1985), *Participação é Conquista – noções de política social participativa*, a sair pela Editora da Universidade Federal de Fortaleza.
 - (16) E. R. DURHAM (1984), *A construção da cidadania*, in: *Novos Estudos CEBRAP*, Out. 1984, p. 24 ss. M. GAJARDO & J. WERTHEIN, *Educación participativa: alternativas metodológicas* (1983), in: *Demografía y Economía*, Vol. XVII, nº 4 (56), p. 83 ss. R. PEREZ (1984), Consideraciones sobre la definición de autonomía, in: *Centro Latinoamericano de Economía Humana*, nº 30, Abr/Jun., p. 71 ss. M. GARGIULO, *Movimiento sindical y estabilidad democrática*, in: *ib.*, p. 19 ss. R. GUIMARÃES (1984), *Cooperativismo y Participación popular en América Latina y El Caribe*, CEPAL, División de Desarrollo Social, Santiago, Oct., mimeo. A GALDSTONE & R. M. GREVE (1984), Workers' participation in management – A framework for discussion, in: *Labour and Society*, Vol. 9, nº 3, Jul./Sep., p. 217 ss. M. OSIEL (1983), O debate atual sobre a Cultura, in: *Novos Estudos*, CEBRAP, Nov., p. 16 ss. T. EVERS (1984), Identidade – a face oculta dos novos movimentos sociais, in: *Novos Estudos*, CEBRAP, Abr., p. 11 ss. H. JAGUARIBE (1984), Raça, Cultura e Classe na integração das sociedades, in: *Dados*, vol. 27, nº 2, 0. 125 ss.
 - (17) M. J. M. THIOLENT (1984), Aspectos qualitativos da metodologia de pesquisa com objetivos de descrição, avaliação e reconstrução, in: *Cadernos de Pesquisa*, Maio, nº 49, p. 45 ss. P. DEMO (1983), Avaliação participante: algumas idéias iniciais para discussão, in: *ib.*, nº 48, Fev. p. 67 ss.
 - (18) M. P. A. CARDOSO (1983), Participação e desenvolvimento social – uma questão ideológica, in: *Serviço Social e Sociedade*, Vol. 4, nº 13, Dez., p. 23 ss. C. M. S. GUEVARA (1983), Participação Comunitária, in: *Rev. de Administração Pública*, 17 (3), Jul./Set. p. 54 ss.
 - (19) R. PORTUGAL (1983), *A força dos pequenos prefeitos*, Gráfica Voz do Paraná, Curitiba,

M.M. ALVES (1980). *A força do Povo – democracia participativa em Lajes*, Brasília. E. AMIN (1985). *A vez do pequeno – uma experiência do Governo de SC*, Palácio do Governo, Florianópolis.

- (20) “A participação não envolve uma atitude de cientista para conhecer melhor a cultura que pesquisa. Ela determina um compromisso que subordina o próprio projeto científico de pesquisa ao projeto político dos grupos populares cuja situação de classe, cultura ou história se quer conhecer porque se quer agir” – C.R. BRANDÃO, *Pesquisa Participante*, op. cit., p. 12.
- (21) P. DEMO (1985). Planejamento Participativo – visão e revisão, a sair pela Rev. *Forum Educacional*, FGV, Rio.